

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Kamille Aparecida Vilaca

**Estudos sobre os engenhos de Minas Gerais; a presença do açúcar na freguesia de
Guarapiranga, termo da cidade de Mariana. (1800-1840)**

**Mariana
2026**

Kamille Aparecida Vilaca

**Estudo sobre os engenhos de Minas Gerais; a presença do açúcar na freguesia de
Guarapiranga, termo da cidade de Mariana. (1800-1840)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Federal de Ouro Preto como
requisito básico para a conclusão do Curso de
História.

Orientador (a): Prof. Dra. Claudia Maria das
Graças Chaves.

**Mariana
2026**



FOLHA DE APROVAÇÃO

Kamille Aparecida Vilaça

Estudos sobre engenhos de Minas Gerais: a presença do açúcar na freguesia de Guarapiranga, termo da cidade de Mariana (1800-1840)

Monografia apresentada ao Curso de História- Bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharela

Aprovada em 27 de fevereiro de 2026

Membros da banca

Profª Drª - Cláudia Maria das Graças Chaves - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. - Alvaro de Araujo Antunes - Leitor crítico Universidade Federal de Ouro Preto

Cláudia Maria das Graças Chaves, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria das Gracas Chaves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/03/2026, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1070676** e o código CRC **64741B3D**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não nasceu nos corredores da Universidade Federal de Ouro Preto, tampouco na leitura dos inúmeros textos sobre economia mineira. Ele nasceu na zona rural de Itaguara, no povoado de Veludo, no Sítio Nossa Senhora do Carmo, onde funciona o engenho do Camilo da Rapadura — meu pai. A ele e à minha mãe, agradeço imensamente por todo o apoio ao longo desta jornada que foi a graduação, e especialmente por sua participação direta nesta pesquisa.

À minha avó Vicência e ao meu avô Dama, pelo suporte constante durante estes quatro anos. À minha madrinha Eliene, que com dedicação ilustrou as figuras deste trabalho.

Às famílias Tavares e Vilaça, por serem a base de tudo.

À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), pelo ensino público, gratuito e de qualidade. À minha orientadora, Prof.^a Cláudia Chaves, a quem tenho profunda admiração, por tornar possível a realização desta pesquisa; seus ensinamentos e orientações foram fundamentais ao longo de toda a minha formação.

Aos amigos que carrego desde sempre: Sandra Júlia, Kauã, Lucas Vinicius, Letícia, Lavínia e Hester, obrigado por compreenderem minhas ausências e por estarem sempre dispostos a ouvir e trocar experiências de vida e de pesquisa, ainda que atuantes em outras áreas.

Ao Pablo, que acompanhou e apoiou cada detalhe da minha trajetória acadêmica; nada teria sido possível sem sua amizade.

Pedro Henrique, parceiro de aulas, pesquisas e trabalhos, que se tornou um companheiro para a vida; obrigado pelo tempo, paciência e dedicação em todos os aspectos da nossa caminhada, seu apoio foi fundamental e muito apreciado para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos que o curso de História me presenteou Fernanda, Nalbert e Yago. À República Volkana, que se tornou minha segunda família em Ouro Preto, em especial às flores que comigo compartilharam o lar: Carolina, Isabella, Monique, Maíra, Clarissa, Ana Cláudia, Maria Luiza, Ana Gabriela, Júlia, Maria Fernanda, Stefany, Marina e Pietra. E à Isadora, minha irmã de batalha: sem sua amizade e apoio, esta conquista não seria possível.

RESUMO

Este trabalho investiga a produção canavieira na freguesia de Guarapiranga (termo de Mariana) entre 1800 e 1840, com ênfase na presença do açúcar. Originado do projeto de iniciação científica "Estudos sobre o cotidiano dos engenhos dos arraiais de Santo Antônio do Calambau e São Caetano do Xopotó" (PIP-UFOP/2024), o estudo ampliou seu foco para o conjunto da freguesia. A pesquisa baseia-se em inventários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) e no recenseamento de 1831/32. Busca-se compreender as características da produção açucareira local, considerando os desafios impostos pela tributação e pela subnotificação das unidades produtivas. Guarapiranga, a maior freguesia do termo até 1830, integrava a zona mineradora central leste e desempenhava papel estratégico no abastecimento regional, evidenciando a diversificação econômica de Minas Gerais para além da mineração.

PALAVRAS CHAVE: Engenhos. Guarapiranga. Açúcar. Minas Gerais.

ABSTRACT

This work investigates sugarcane production in the parish of Guarapiranga (Mariana district) between 1800 and 1840, with an emphasis on the presence of sugar. Originating from the scientific initiation project "Studies on the daily life of the sugar mills in the villages of Santo Antônio do Calambau and São Caetano do Xopotó" (PIP-UFOP/2024), the study broadened its focus to the entire parish. The research is based on inventories from the Historical Archive of the Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) and the 1831/32 census. It seeks to understand the characteristics of local sugar production, considering the challenges imposed by taxation and underreporting of production units. Guarapiranga, the largest parish in the district until 1830, was part of the central-eastern mining zone and played a strategic role in regional supply, highlighting the economic diversification of Minas Gerais beyond mining.

KEYWORDS: Sugar mills. Guarapiranga. Sugar. Minas Gerais.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	7
2 - AS FACES DE MINAS GERAIS E FUNCIONAMENTO DOS ENGENHOS MINEIROS.	8
3 - DESENVOLVIMENTO DE UMA PAISAGEM RURAL: GUARAPIRANGA.	10
4 - PERFIL PRODUTIVO DOS ARRAIAIS.	19
4.1 - TAPERA.	19
4.2 - BARRA DO BACALHAU.	21
4.3 - BRÁS PIRES.	23
4.4 - NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA.	24
4.5 - DESTERRO DO MELO E MANJA LÉGUAS.	25
4.6 - SANTO ANTÔNIO DO CALAMBAU.	25
4.7 - SÃO CAETANO DO XOPOTÓ.	27
4.8 - SÃO JOSÉ DO XOPOTÓ.	28
5 - CONCLUSÃO.	30
6 - FONTES E REFERÊNCIAS	31

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho busca investigar a produção canavieira da freguesia de Guarapiranga, termo da cidade de Mariana, durante os anos compreendidos entre 1800 e 1840. O nosso estudo dos engenhos dessa região foi instituído com o projeto de iniciação científica, do edital PIP-UFOP de 2024, intitulado “Estudos sobre o cotidiano dos engenhos dos arraiais de Santo Antônio do Calambau e São Caetano do Xopotó”. Esse esforço de pesquisa se deteve apenas nos dois arraiais, mas possibilitou vislumbrar a existência de um artigo específico na freguesia, o açúcar.

Miguel Costa Filho, foi pioneiro nos estudos açucareiros de Minas Gerais, em seu livro *a Cana de Açúcar em Minas Gerais* (1963), o autor demonstrou que os engenhos e engenhocas fizeram parte do cenário econômico de Minas Gerais desde as primeiras explorações no território. A primeira petição para o levantamento de um engenho no território de Minas Gerais aconteceu em 1705, no local chamado curralinho, na porção oeste do território. Na região das minas aconteceu em 1711 e desde então seguiram se alastrando por todas as regiões (Costa e Filho 1963). Os engenhos mineiros alcançaram seu ápice em 1836 quando somaram por volta 1400 unidades produtivas transformadoras de cana (Godoy, 2004). O artigo mais comum produzido dos engenhos de toda Minas Gerais foi a aguardente de cana, seguido pelo açúcar e pela rapadura. Em seu auge, na década de 1830, a produção mineira superou o litoral paulista e o nordestino em números de engenhos e produção, com 1400 unidades transformadoras de cana, estima-se que a produção de aguardente gerou por volta de 22 milhões de litros, enquanto a de açúcar¹ e rapadura esteve por volta de 33.200 toneladas (Godoy 2008).

A freguesia de Guarapiranga foi desde o século XVIII até 1830 a maior freguesia do termo de Mariana, neste trabalho a consideramos como parte da zona mineradora central leste, pela proximidade territorial e econômica (Cunha e Godoy 2003). A Freguesia estava em local privilegiado, banhada por diversos rios, em maioria afluentes do Rio Guarapiranga. Esse conjunto de rios a torna excepcional para o desenvolvimento das atividades agrárias ou mineratórias.

¹ O açúcar mencionado se refere ao açúcar de forma, similar ao mascavo.

A aproximação com a zona mineradora central parece mais certa, quando conhecemos a multiplicidade da produção dessa região, considerar a região mineradora como apenas um fluxo de metais de solo estéril e sem atividades da terra seria um equívoco, assim como excluir Guarapiranga dessa região porque sua principal atividade era a agropecuária. Desse modo, o principal efeito de Guarapiranga na região mineradora central é a relação de abastecimento que ela desenvolvia com os arredores, principalmente com a região mineradora central oeste.

Para estudar o complexo perfil de produção de Guarapiranga e como se dava a presença do açúcar nas propriedades desta freguesia, analisamos todos os inventários compreendidos entre 1800 e 1840, que estão disponíveis no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana-AHCSM. Dessa maneira, foi possível observar como se deu a relação da Freguesia com os engenhos, especificamente com a produção com o açúcar. Há inúmeros desafios no estudo dos engenhos e do açúcar em Minas Gerais, o século XIX foi um expoente de tributações deliberadas, por instabilidade política e falência das principais empresas rendeiças, conforme iremos explorar mais adiante. Dito isso, precisavam equilibrar os valores de alguma forma, e foi com a tributação. Dessa forma, muitas propriedades de unidades produtivas com engenho, escondiam a sua real produção, com receio de serem tachados (Godoy, 2004).

Durante a construção dessa pesquisa utilizamos duas fontes como base para a análise, primeiro o recenseamento de 1831/32 da freguesia de Guarapiranga e seus arraiais, onde listamos todos os proprietários que se diziam viver de roça e engenho ou de seu engenho, e os inventários disponíveis na casa setecentista, correspondidos entre 1800 e 1840. Desse modo, tentamos conhecer de forma mais verossímil os aspectos da produção dos engenhos de Guarapiranga, com o principal marcador sendo a existência de açúcar nas propriedades.

2 - AS FACES DE MINAS GERAIS E FUNCIONAMENTO DOS ENGENHOS MINEIROS.

Minas Gerais é conhecida pela mineração. Porém, não era só essa atividade que compunha o cenário de ocupação de Minas Gerais. Ou seja, a criação de gado extensiva ao longo rio São Francisco estava tomando forma quando o ouro de aluvião foi

descoberto, nos vales do Rio Doce e Rio das Mortes (Carrara, 2009). Em virtude do caráter majoritariamente agrário, a região que circundava o rio São Francisco ficou conhecida como “currais”, enquanto a que se empenhava na mineração como “as minas” (Carrara, 2009). Nesse sentido, o território que se tornaria capitania e no futuro província, nascia em meio a duas faces, a mineradora voltada à exportação, e a agrária voltada ao comércio e abastecimento local. Dessa forma, os engenhos de cana de açúcar, necessários tanto para o abastecimento de consumo local ou produção para o comércio, compunham os dois cenários.

Nessa acepção, é preciso traçar o perfil dos engenhos mineiros. Estes não são como os nordestinos, que ficaram conhecidos pela monocultura das lavouras e pelo caráter exportador. Nos engenhos nordestinos, fazendas que se dedicavam exclusivamente à transformação da cana, moíam o ano todo, as safras eram colhidas todos os meses, a produção era ininterrupta e não confrontava com outro tipo de produção, o principal artigo produzido era o açúcar, escoado para o mercado externo (Godoy, 2004). A forma de produção dos engenhos de Guarapiranga será explicitada à frente com os utensílios mencionados nos documentos referentes à freguesia.

Enquanto, nas terras mineiras, a transformação da cana dividia espaço com a criação de gado, plantações de outros artigos alimentícios e às vezes com a mineração. Essa forma de produção caracterizam as “fazendas mistas” categorizadas assim por Miguel Costa e Filho². Para ele, estas fazendas consistiam em propriedades que mesclavam a mineração e outras atividades, como a lavoura ou pecuária. Além disso, geralmente os escravizados dessas fazendas mistas eram empregados nas duas atividades, ou seja, em época de colheita os escravizados eram direcionados, em maior parte, às lavouras. A divisão era feita pelo proprietário de acordo com a necessidade do período (Costa e Filho, 1963). Estima-se que 40% dos escravizados mineiros eram sazonalmente direcionados à produção canavieira (Godoy 2002).

Dessa forma, as propriedades mineiras ficaram marcadas pela policultura. Sendo assim, sobretudo nas unidades especializadas em lavouras, existia uma periodização dos cultivos. Ademais, para os processos que envolviam a cana eram reservados alguns meses, alternados entre plantar e colher. Durante a colheita geralmente no engenho se trabalhava por 24h todos os dias, havendo um revezamento de turnos entre os trabalhadores, livres ou cativos (Costa e Filho, 1963).

² Historiador pioneiro no estudo da cana de açúcar em Minas Gerais, autor do livro “Cana de açúcar em Minas Gerais”.

Em suma, em Minas Gerais as fazendas com engenho trabalhavam em mais de uma atividade, o que não quer dizer que a fabricação dos artigos derivados dos engenhos fosse pequena. No auge da produção, na primeira metade do século XIX, a província de Minas Gerais produziu cerca de 33.167 toneladas de açúcar purgado e bruto. Essa produção, segundo Godoy (2008), ultrapassou a de outras localidades nomeadamente Pernambuco, São Paulo, Alagoas e Sergipe. Porém, a produção mineira se voltava principalmente ao comércio interno, que priorizava o comércio da aguardente e rapadura, com consumo local e regional destes produtos. Desse modo, esse esforço de pesquisa pretendeu compreender a participação da freguesia de Guarapiranga na produção do açúcar de Minas Gerais, nos anos compreendidos entre 1800-1840.

3 - DESENVOLVIMENTO DE UMA PAISAGEM RURAL: GUARAPIRANGA.

A freguesia de Guarapiranga foi a maior do termo de Mariana. Até 1750, Guarapiranga era composta pelos seguintes arraiais: Barra do Bacalhau, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Xopotó, São Caetano do Xopotó e Santo Antônio do Calambau. A partir de 1750 foram somados à região os arraiais Tapera, Barra do Xopotó, Brás Pires, décadas à frente são anexados, Desterro do Melo e Manja Léguas. (Pires 2012). Não foram adicionados nesse trabalho os arraiais que não integraram Guarapiranga de forma administrativa e eclesiástica simultaneamente. Desse modo, o mapa da freguesia durante os anos estudados neste trabalho está demonstrado na seguinte figura:



Fonte: Adaptado de Mateus Andrade. “As redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (1760 – 1850). Dissertação apresentada ao programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2014.”

A freguesia de Guarapiranga, se mostrou um local excepcional para o nosso estudo sobre o açúcar nos engenhos mineiros, pois estava situada geograficamente na fronteira entre a zona da mata e a região mineradora, ao sul do termo de Mariana. As características populacionais e econômicas do local permitiram uma afinidade maior com a região mineradora, desse modo, tornando possível a identificação da freguesia como parte da região mineradora central leste (Godoy e Cunha 2003).

A farta disposição das águas, afinal a região se encontrava na bacia de diversos rios, como a do rio Xopotó e do rio Guarapiranga, possibilitou que a freguesia fosse um local adequado para a agricultura e a mineração (Antunes e Silveira, 2019). As primeiras gerações que se instalaram nessa região vieram de Portugal, majoritariamente da região do Minho (Andrade 2014). Estas primeiras famílias fixaram fazendas e unidades produtivas que dividiram as produções, trabalhando especificamente no século XIX, em agropecuária e mineração. Essa junção de atividades foi classificada por Miguel Costa e Filho (1963) como fazendas Mistas, essa forma de produção permitia

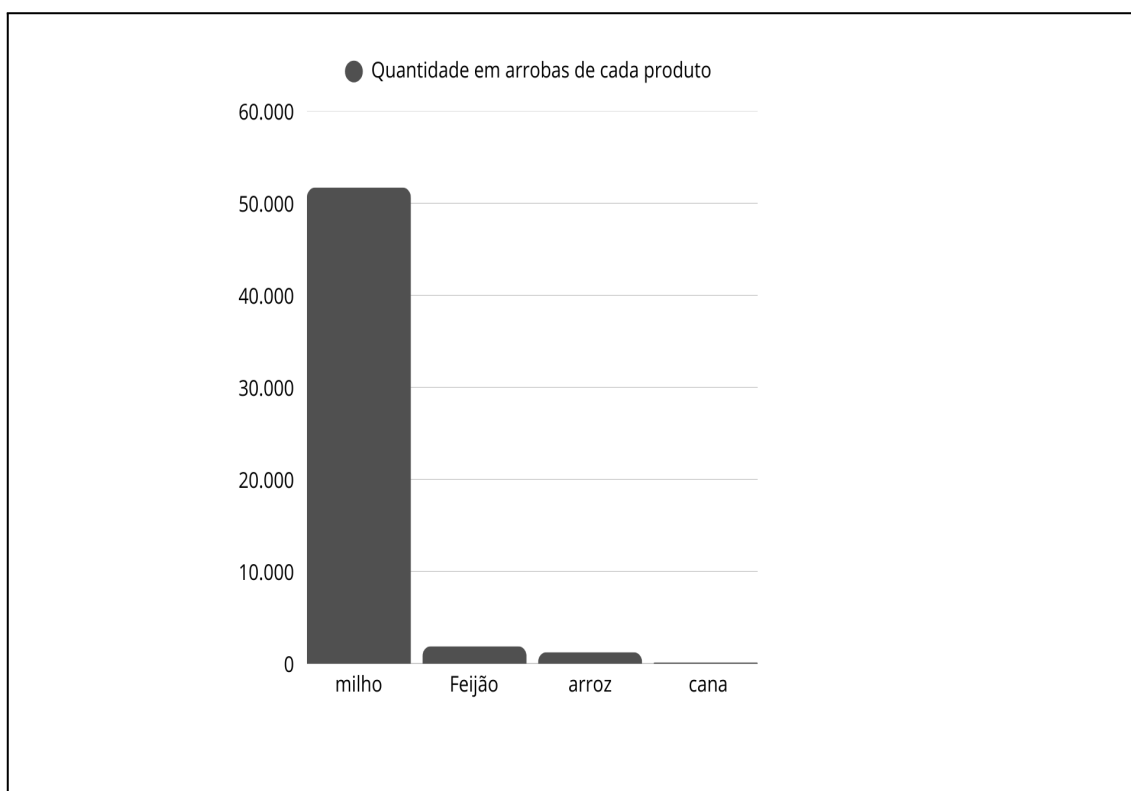
uma autossuficiência da unidade. As fazendas mistas trabalhavam com diversas culturas, como milho, cana, feijão e arroz, o que ficou bem expressivo neste trabalho, ao passo que também podiam se dedicar às lavras.

O estudo dos inventários post-mortem dos 7 arraiais da freguesia evidencia essa divisão da produção com uma preferência clara pelo cultivo do milho. Esta preferência está ligada a polivalência deste grão, que serve para o trato dos animais e para fazer farinha de milho, conhecida como fubá consumido pelos habitantes, além de canjica e áureos (Andrade 2014). Foram somados 3517 alqueires de milho em 117 inventários, que convertidos equivalem a 51.699 arrobas de milho.³ A produção foi seguida pelo feijão com 128 alqueires, totalizando 1881,6 arrobas, o arroz com 84 alqueires somando 1.234,8 arrobas. A quantificação da cana não foi exata, por não haver uma medida padrão para um canavial ou 1 talhão de cana, dessa forma, o que apareceu em alguns inventários foi a medida de alqueire e nos restantes apenas a menção de canavial. Para a realização de cálculos aproximados consideramos que um canavial correspondia a 1 alqueire, encontramos assim 8,25 alqueires de cana plantada, correspondendo a aproximadamente 121 arrobas de cana.

Essas informações foram organizadas no gráfico a seguir para melhor visualização:

Gráfico 1: Produção das culturas de Guarapiranga (1800-1840).

³ Alqueire de acordo com o Código Filipino, Livro I. “do Almotacé-mor; padrão de pesos e medidas” é uma medida de peso que equivale aproximadamente a 14,7 kg, ou seja 1 arroba.



Fonte: Dados obtidos através da leitura dos inventários post-mortem de cada arraial da Freguesia de Guarapiranga, compreendidos entre os anos 1800-1840.

Nesse sentido, os inventários foram valiosos em outras informações além das culturas produzidas em Guarapiranga. De acordo com a leitura dos 117 inventários post-mortem, percebemos que ao todo a freguesia somou 29 unidades produtivas com aparelhos transformadores de cana. Ou seja, aproximadamente 25% das propriedades da freguesia contavam com a aparelhagem.

Foram encontradas também 140 arrobas de açúcar na freguesia, totalizando 2.100kg de açúcar, além de formas para a produção e objetos característicos dos engenhos. Dados que serão demonstrados frente a produção de arraial.

Para prosseguir a descrição da produção de cada arraial é imprescindível explicar o funcionamento de uma unidade produtiva transformadora de cana de Minas Gerais, e as diferenças entre o engenho e a engenhoca.

Em um engenho era empregado, em maioria, a mão de obra escrava. Além disso, a estrutura física conta no mínimo com três tachas⁴ uma para a purificação do caldo de cana, outra para a fervura e uma terceira para a retirada da massa. Essas tachas ficavam sobre uma fornalha de um único fogo, esse modelo era conhecido como “trem da

⁴ A tacha corresponde a uma espécie de panela grande, feita de cobre bem fino. A capacidade é variável, sendo uma considerada pequena com 70L e grandes com 300L.

Jamaica⁵”. Ademais, o engenho contava com alguns ofícios fixos, como o mestre do açúcar, que coordenava a produção, e o responsável do fogo que cuidava das fornalhas. (Godoy, 2004) Além disso, o engenho produzia, ou tinha os aparatos necessários para produzir, açúcar, aguardente e rapadura e a força motriz era hidráulica ou animal.

Já as engenhocas eram pequenas e geralmente continham apenas uma tacha. Nestes casos, menores que as de um engenho, pois seu uso era exclusivamente doméstico. As engenhocas eram geralmente movidas por tração animal ou até mesmo humana e produzia exclusivamente rapadura e aguardente, sem condições suficientes para produzir açúcar (Costa e Filho 1963).

Para processos que envolviam a cana eram reservados alguns meses, alternados entre plantar e colher. Durante a colheita geralmente no engenho se trabalhava por 24h todos os dias, havendo um revezamento de turnos entre os trabalhadores, livres ou cativos (Costa e Filho, 1963).

As atividades que integravam essa agenda consistiam em colher a cana e encaminhá-la para a moagem, os engenhos e engenhocas mineiros em geral funcionavam a tração animal como na figura 1, ou a água demonstrado na figura 2. Depois de moído o caldo era direcionado a primeira tacha para a fervura e limpeza de impurezas. Em seguida, o caldo fervido e limpo era passado para outra tachas para engrossar e, em seguida, para a terceira onde atinge o ponto ideal⁶, esse sistema de tachas contínuas de um único fogo é chamado de trem da Jamaica, figura 3. A última etapa de manejo do doce acontece quando é retirado e resfriado em recipiente de madeira que se assemelha a uma canoa, chamado cocho figura 4, se o produto final for a rapadura a massa obtida desse processo é enformada para adquirir a forma retangular Figura 5, caso o produto for o açúcar a massa passa por um processo de prensagem para secar a umidade e assim obter o açúcar mascavo Figura 6. Para a aguardente, o caldo de cana ficava estocado em tanques para a fermentação livre, que depois seria direcionado ao alambique⁷ Figura 7 para fervura e destilação (IPHAN). Na produção de açúcar e rapadura são utilizadas outras duas ferramentas características, frequentemente feitas de cobre, a espumadeira, feita para retirar as impurezas do caldo fervente, figura 8. É o remonholo utilizado na transposição da massa de doce de uma tacha para outra e depois

⁵ Essa forma de produção consiste em apenas uma fornalha, que levava calor a todas as tachas tornando possível o cozimento do caldo e demais processos necessários.

⁶ Esse processo poderia ser simplificado em unidades menores de uma ou duas tachas.

⁷ Alambique ou lambique de acordo com o Dicionário de Bluteal, é o objeto que trabalha por sublimação e destilação.

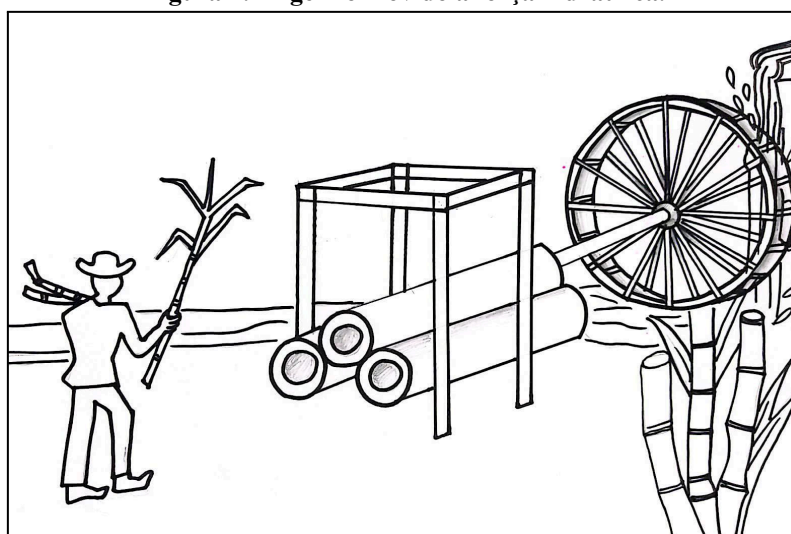
para o cocho de resfriamento Figura 9. Todos os itens descritos acima foram mencionados nos inventários da freguesia de Guarapiranga.

Figura 1: Engenho movido por bois.



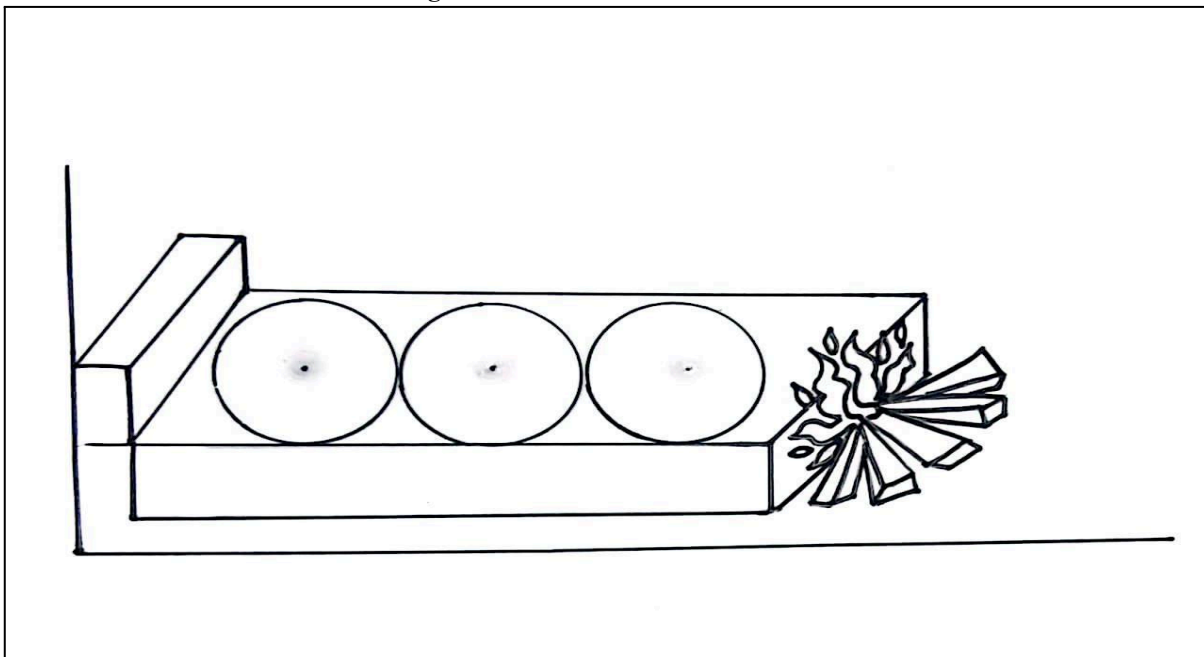
Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 2: Engenho movido a força hidráulica.



Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 3: Fornalhas e tachas



Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 4: Colcho de resfriar o doce.

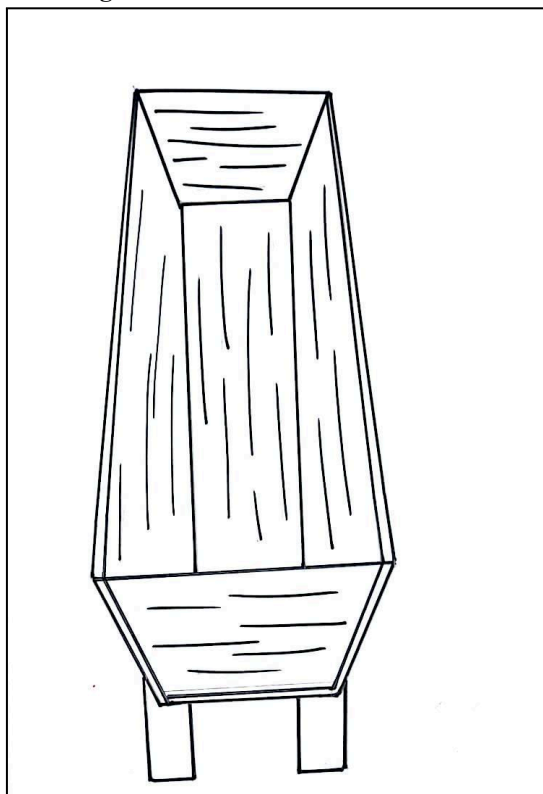
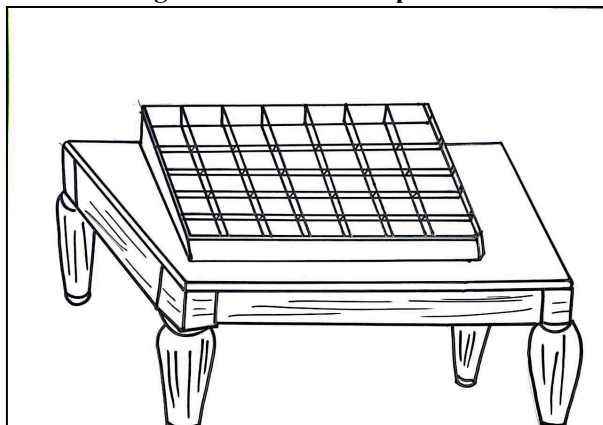


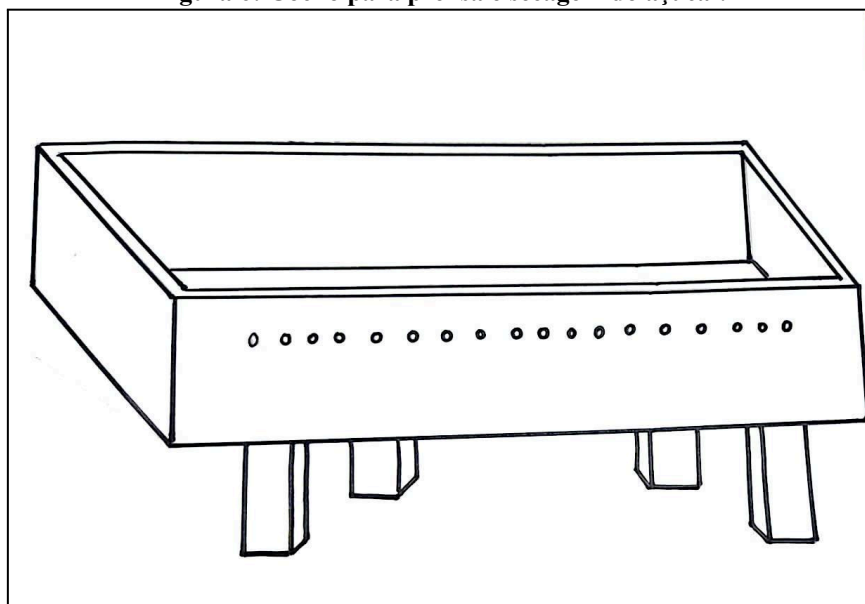
Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 5: Formas de rapadura.



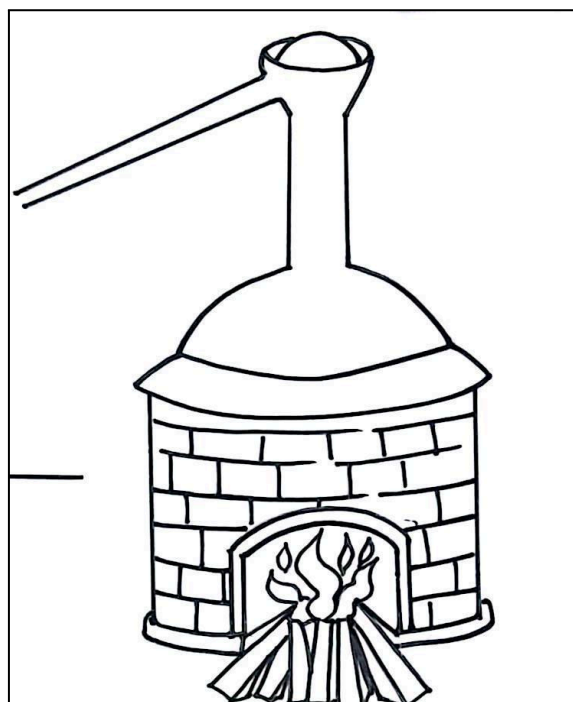
Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 6: Cocho para prensa e secagem do açúcar.



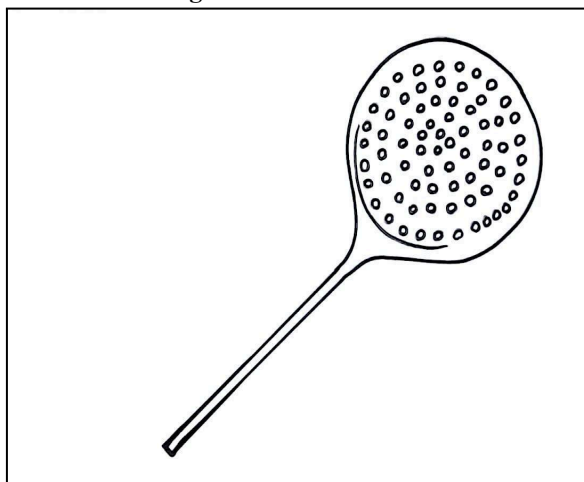
Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 7: Alambique e seu capelo .



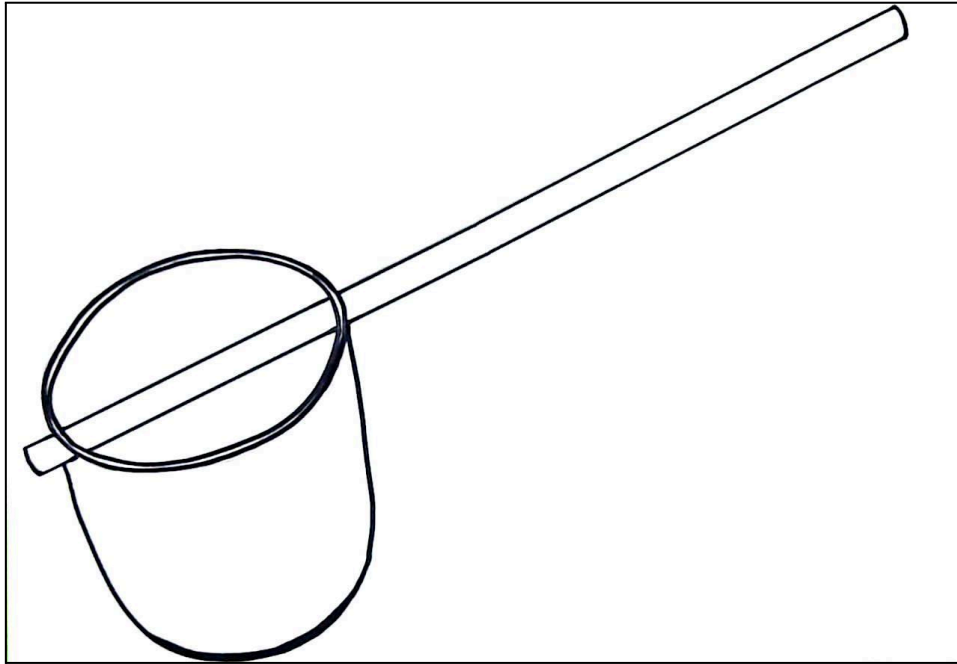
Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 8: Escumadeira.



Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

Figura 9: Remonholo



Fonte: Ilustração: Tavares, Eliene (2026).

4 - PERFIL PRODUTIVO DOS ARRAIAIS.

4.1 - TAPERA.

O arraial da tapera, de acordo com as listas nominativas de 1831 contava com 22 moradores arrolados no recenseamento e com o seguinte emprego: “Agricultor com engenho de açúcar”.

As informações contidas nessa lista não foram suficientes para responder todas nossas questões, como qual a força motriz desses engenhos, e se havia açúcar arrolado nessas propriedades. Com o intuito de buscar esclarecimentos sobre as propriedades com engenho no arraial da tapera, utilizamos as informações dos inventários post-mortem disponíveis no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana-AHCSM. Entretanto, restam apenas 8 inventários no arquivo, referente ao arraial da Tapera datados no recorte temporal adotado neste trabalho. Destes 8 inventários, 4 contavam com aparelhos para a transformação da cana. Desse modo, trabalhamos com dois tipos de fontes, recenseamentos de 1830/31 e os inventários post-mortem. O recenseamento de 1831/32 é o mais rico em respeito à demografia dos arraiais. Enquanto, os inventários remanescentes nos permitem conhecer os detalhes de cada propriedade, além de arrolar os engenhos, expõe a dinâmica da propriedade em

que ele estava inserido e é por meio deles que conhecemos a natureza da produção de cada unidade

Analisando os 8 inventários referentes ao arraial Tapera durante os anos compreendidos entre 1800 e 1840, foi possível observar que das 4 unidades produtivas com engenho, 3 trabalhavam a força motriz animal e 1 não continha a informação. Todas as propriedades com engenho contavam com trabalhadores escravizados, sendo a média geral de 10 escravizados por engenho, a propriedade com maior número contava com 17 trabalhadores escravizados e a menor com apenas 4.

A propriedade com engenho mais abastada foi a de Francisco Alvares Ferreira⁸, inventariante de sua viúva, declarou um monte mor 4:181\$803. A propriedade do casal contava com um engenho arrolado em 50\$000 movido a bois e um alambique arrolado em 112\$800. Ademais, estava avaliado no inventário, 1 balança de pesar ouro, e a 4 juntas de bois de carro, 23 carneiros, 68 porcos e 17 escravizados.

Enquanto, a propriedade com a menor soma de monte mor foi a de Antônio Gonçalves Ribeiro⁹, seu inventário foi avaliado em 709\$850. O dito possuía uma engenhoca, mas o que se destaca neste inventário foi presença de um remonholho, utilizado na transferência de massa de doce de uma tacha para outra¹⁰. A presença desse objeto implica a produção de algum um artigo que exigia a fervura e apuração do caldo de cana, ou seja açúcar ou rapadura. Nesta propriedade, por se tratar de uma engenhoca movida a bois, que de acordo com o inventário possuía apenas 1 tacha e 1 quartel de cana, a probabilidade é que a produção seja de rapadura e não açúcar. Ademais, havia a ferramentas de ferrar, e 4 escravizados, 8 porcos, 2 vacas e 1 junta de bois, milho, feijão e arroz plantados.

Desse modo, foi possível observar que o arraial da tapera apesar de valioso em propriedades com engenho não explicitou a produção de açúcar no arraial, ou foi mencionado como mantimento nos demais inventários.

Ademais, o arraial foi bem expressivo na produção de artigos agrários. A soma dos artigos dos 8 inventários analisados, indicaram: 180 alqueires de milho, 3 alqueires

⁸ AHCSM, Inventário post-mortem de Ana Leonor Emerentina de Carvalho Oliveira, 1o ofício, código 55, auto 1225, 1824.

⁹ AHCSM, Inventário post-mortem de Antônio Gonçalves Ribeiro, 1o ofício, código 43, auto 995, 1817.

¹⁰ SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. v. 1 (A-K). xxii, 752 p.

de arroz, 8 alqueires de feijão. Nos animais, o arraial também foi expressivo, foram vistos nos inventários: 76 porcos, 23 carneiros, 6 juntas de bois e 2 vacas.

4.2 - BARRA DO BACALHAU.

Para o arraial Barra do Bacalhau, os dados obtidos através das listas nominativas e dos inventários post mortem foram invertidos ao arraial da Tapera. Havia apenas um morador arrolado no censo de 1831/2 como proprietário de engenho. Enquanto dos 22 inventários post mortem disponíveis no AHCSM investigados, 7 tiveram menção de engenho e 3 citavam açúcar na propriedade.

O que mais se destacou foi o de Honório Gonçalves da silva¹¹, pois constava 8 formas de fazer açúcar. No entanto, não estava arrolado no inventário nenhum aparelho para a moagem da cana, também não indicou outros ofícios específicos, mas estava arrolado alguns barris de aguardente avaliados em 76\$800. O inventário de Honório também constava 6 juntas de bois de carro, 2 bois e 2 novilhos, 2 éguas e 7 bestas, além 24 escravizados, e foi arrolado com um monte mor referente a 9:637\$364.

Foi mencionada a presença de açúcar em outros 3 inventários, o de Baltazar dos Santos Pires¹², falecido em 1820, contava com 10 arrobas de açúcar avaliados em 10\$000. Além do açúcar, estava arrolado um engenho de bois o qual não podemos saber o exato valor pois foi avaliado junto com a fazenda, somados na quantia de 800\$000. A fazenda desse proprietário contava com dois canaviais assinalados com diferentes idades, um velho e um ainda novo, duas tachas, duas espumadeiras e um remonholo. A existência de dois canaviais indica a preocupação em manter a produção do engenho, esquivando-se da sazonalidade do cultivo da cana quando feito por estações, é notável o arrolamento da ferramenta remonholo, peça indispensável nos engenhos de rapadura e açúcar.

Além destes artigos específicos do funcionamento de uma unidade produtiva com engenho, o inventário contava com 1 alqueire de milho, 8 de arroz e 4 de feijão e 3 de feijão plantados, 68 porcos, 2 vacas, 2 éguas, 4 juntas de bois e 4 novilhos, com 10 escravizados, o monte mor arrolado foi de 2:845\$825.

¹¹ AHCSM, Inventário post-mortem de Honório Gonçalves da silva , 1o ofício, código 119, auto 2468, 1836.

¹² AHCSM, Inventário post-mortem de Baltazar dos Santos Pires , 1o ofício, código 69, auto 1463, 1820.

O inventário de José da Rocha e Souza¹³ de 1822 também listava 10 arrobas de açúcar, avaliados em 7\$500, porém, neste não foi arrolado nenhum aparelho de moagem, apesar que constaram dois canaviais um dito pronto para corte e um mais novo. Sem a menção de aparelho de moer mas com açúcar, o proprietário poderia plantar cana para venda ou para a moagem no engenho de seus vizinhos, prática denominada “Cana Obrigada” (Godoy, 2004). Ademais o inventário contava com 3 bezerros, 3 equinos e duas bestas, 5 bois de carros e 13 escravizados, o valor arrolado no monte mor foi de 3:355\$983.

E o inventário de Clara Luisa da Cunha Castro¹⁴, inventariada por seu Marido Felipe Alves Magalhães, dispunha de 50 arrobas de açúcar, avaliados em 62\$400. O engenho da propriedade foi avaliado individualmente em 150\$000, contudo, nenhum dos outros itens necessários para a transformação da cana foram arrolados. Havia além dos itens relacionados a transformação da cana, 3 alqueires de milho, 20 alqueires de arroz e 20 alqueires de feijão. Também foram listados animais, 25 porcos, 8 vacas, 7 bestas, 4 equinos e 7 juntas de bois. A propriedade tinha 12 escravizados e o monte mor declarado foi de 3:707\$644.

Além destes que listaram a presença de açúcar, o inventário de José Bernardino da Silva¹⁵ apresentava que o falecido tinha dois quartos de cana plantada, uma escumadeira e um romanholo. Apesar de não ter um engenho arrolado no seu inventário, a pose de escumadeira e romanholo, utensílios específicos para a produção do doce da cana, rapadura ou açúcar indicavam algum ofício nesse sentido. Deste modo, a barra do bacalhau se mostrou o arraial com a maior quantidade de açúcar da freguesia de Guarapiranga entre 1800 a 1840.

Ademais, foram vistos nos 22 inventários: 235 alqueires de milho, 40 de arroz e 24 de feijão. Além das culturas, constam nos inventários diversos animais: 238 porcos, 25 vacas, 24 bestas, 17 equinos, 10 carneiros e 8 bois e 36 juntas de bois de carro. Foi possível observar que neste arraial todos os proprietários com engenho listaram escravizados em seus inventários, o que pode indicar o envolvimento do trabalho escravo nas atividades dos engenhos.

¹³ AHCSM, Inventário post-mortem de José da Rocha e Souza , 1o ofício, código 13, auto 437, 1822.

¹⁴ AHCSM, Inventário post-mortem de Clara Luisa da Cunha Castro , 1o ofício, código 95, auto 1974, 1829.

¹⁵ AHCSM, Inventário post-mortem de José Bernardino Da Silva , 1o ofício, código 84, auto 1790, 1800.

4.3 - BRÁS PIRES.

A respeito do arraial de Brás Pires, aconteceu algo similar a Barra do Bacalhau, o recenseamento não apontou propriedades com engenho para o arraial de Brás Pires. Contudo, a leitura dos 19 inventários disponíveis no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana- AHCSM apontou 3 unidades produtivas com engenho, que são descritos a seguir.

O inventário de Manuel da Cunha Pereira de Carvalho¹⁶ que foi casado com Rosa Maria da Silva, tem avaliado um engenho coberto, com moinhos e casa de vivenda em 2:400\$000. No entanto, não há sinalização de espumadeiras, alambiques, açúcar ou aguardente, sabemos que o engenho fabricava aguardente por essa estar assinalada na relação de produtores de aguardente. Esse inventário contava também com um tear e 12 carneiros, o que indica um dos ofícios da propriedade. Em animais, o inventário indicava 13 éguas e 11 bestas, 4 juntas de bois e 6 vacas, o inventário também assinalou 11 escravizados e o monte mor indicava uma somatória de 8:584\$000.

Outra propriedade listada com potencial de transformador de cana, é o de José Pires Ribeiro¹⁷, inventariado com sua esposa Theodora Rosa Pereira, em 1840. Essa propriedade não tem listado engenho ou aparelhos que indiquem a produção de açúcar ou rapadura, contudo, o alambique da propriedade foi arrolado em 34\$560 e seu capello¹⁸ em 17\$200, movido a água. Havia avaliado no inventário, 1 tear, 1 vaca e 2 cavalos, e 10 escravizados, não indicava plantações e o monte mor da propriedade foi de 7:410\$760.

O inventário de Maria Francisca Mendes¹⁹, inventariada por seu filho Manoel José Machado, contava com um engenho de cana com dois bois, 2 tachas e espumadeiras. Nessa propriedade estava listado um tear todo aparelhado 2 vacas com 2 bezerros e 3 juntas de bois, com 5 escravizados, o monte mor arrolado foi de 1:524\$860.

Outra propriedade inventariada com engenho foi a que pertenceu a Maria Angélica de São José²⁰, inventariada por seu marido em 1806. O engenho aparece junto

¹⁶ AHCSM, Inventário post-mortem de Manuel da Cunha Pereira de Carvalho, 2o ofício, código 76, auto 1639, 1835.

¹⁷ AHCSM, Inventário post-mortem de José Pires Ribeiro, 2o ofício, código 54, auto 1227, 1840.

¹⁸ Capello é o cilindro por cima da cladeira do Alambique (Figura

¹⁹ AHCSM, Inventário post-mortem de Maria Francisca Mendes, 1o ofício, código 61, auto 1331, 1813.

²⁰ AHCSM, Inventário post-mortem de Maria Angélica de São José, 2o ofício, código 73, auto 1591, 1806.

a terras de plantar, há outras plantações no inventário, mas a ação do tempo e dos efeitos químicos da tinta no papel, não foi possível realizar a leitura dessa parte do inventário. Há alguma quantidade de algodão e estão listados 5 escravizados, nos animais há 22 porcos, e o monte mor foi somado em 745\$575.

Por último um inventário que não tem um engenho, mas um alambique. O referido é o inventário de Inocência José Machado, inventariado em 1810 por seu filho Manoel José Machado. Constava nessa propriedade um alambique de 6 arrobas de cobre e meio alqueire de canas, e há também escumadeiras, não especificado o tanto. Entre os animais, há 3 vacas com uma novilha, 3 equinos e 4 juntas de bois, o inventário contava com 15 escravizados, o monte mor foi arrolado em 2:709\$525. É notável que neste arraial se mantém o padrão das propriedades com engenho, a força de trabalho empregada foi a escravizada.

Além dos artigos de cana, por meio da leitura de inventários podemos observar a produção de Brás Pires, somados houve 78 porcos, 37 vacas, 21 bestas, 20 juntas de bois e 4 bois, 36 ovelhas. Quanto às culturas, nos inventários que listaram plantações, não estavam ilegíveis ou não foram quantificadas.

4.4 - NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA.

Aplicando os métodos anteriormente descritos para esse arraial, podemos observar que a lista nominativa foi expressiva, com 16 engenhos arrolados. Entretanto, para esse arraial existem apenas 2 inventários disponíveis para consulta, dos quais um contava com engenho. Ou seja, a análise para esse arraial foi prejudicada pela falta de fontes.

Desse modo, o único inventário que teve um engenho e um alambique listado foi o de Antônio José de Miranda²¹, inventariado por Luiza Clara da Rocha de 1840, não foi possível identificar o parentesco entre eles. O Engenho e o alambique foram avaliados em 400\$000, não havia escumadeiras ou tachas, ou remonholos, havia 1 canavial de corte e 2 de cortes mais novos, podendo indicar uma preocupação em manter a produção. Há também no inventário, 18 porcos, 2 vacas, 7 mulas, 1 junta de bois e um boi, com 5 escravizados e um monte mor de 1:867\$400. Infelizmente pela falta de

²¹ AHCSM, Inventário post-mortem de Antônio José de Miranda, 1º ofício, códice 142, auto 2975, 1806.

informações não foi possível fazer um levantamento dos artigos produzidos deste arraial.

4.5 - DESTERRO DO MELO E MANJA LÉGUAS.

A falta de inventários remanescentes aconteceu para outro arraial, Manja Léguas. Infelizmente para este arraial não encontramos informações suficientes para a descrição da produção do arraial.

O arraial Desterro do Melo também não indicou nenhum proprietário com unidade transformadora de cana, plantações também ficaram ausentes dos 7 inventários, sendo possível quantificar apenas os animais. Constavam nos inventários 3 porcos, 12 vacas, 10 cavalos, 4 juntas de bois e 4 bois.

4.6 - SANTO ANTÔNIO DO CALAMBAU.

A lista nominativa de Santo Antônio do Calambau arrolou 17 propriedades com engenho, porém, dos 24 inventários post mortem disponíveis no AHCSM, apenas 6 constam um engenho ou engenhoca na descrição de bens.

A maior propriedade que encontramos nos inventários foi a de Ana Maria da Silva Barbosa²², inventariada por seu marido, constando o somatório de todo cabedal do casal. Esta fazenda fazia parte do arraial de Santo Antônio do Calambau, o monte mor que constava nesse inventário era de 26:759\$977. Dentro deste valor encontramos além de 29 escravizados e demais terras, 4 juntas de bois, 11 porcos e 3 éguas e lavouras que não foram especificadas, também encontramos arrolado engenho e canaviais que infelizmente não conseguimos saber o valor exato pois estava junto com os bens de raiz e não foi desmembrado. Contudo, foi listado um alambique avaliado em 46\$080 e nos itens que destacamos anteriormente como fundamentais para um engenho, havia 2 tachas, porém nenhuma escumadeira. Do mesmo modo, apesar de todos os aparelhos para a produção de açúcar, rapadura e aguardente esse inventário não consta nenhum destes itens.

A menor propriedade observada em Santo Antônio do Calambau pertenceu a Francisco Soares Silva²³, avaliado em 1:471\$160, com quatro escravizados. Esta propriedade contava com engenho avaliado em 100\$000 e alambique em 28\$800, havia

²² AHCSM, Inventário post-mortem de Ana Maria da Silva Barbosa , 2o ofício, código 85, auto 1830, 1835.

²³ AHCSM, Inventário post-mortem de Francisco Soares Silva , 1o ofício, código 138, auto 2882, 1835.

também duas tachas e a descrição da força motriz dos engenhos, que neste caso foi por tração animal. Este inventário de monte mor baixo em relação ao de Domingos, também não citou nenhum produto que poderia ter sido produzido no engenho ou no alambique. A vista das propriedades de com unidade transformadora de cana de açúcar de Calambau, verificamos que quase todas usam a denominação engenho para sua aparelhagem, exceto Francisco Correa dos Santos²⁴, em seu inventário o aparelho de moer está denominado como enghoca e avaliado em 600\$000, valor superior em relação ao engenho de Francisco Soares Silva que seguindo a categorização referente aos termos engenho e enghoca deveria ser maior e em vista mais caro. Infelizmente nenhum dos dois inventários esclarece a força motriz da aparelhagem ou o que foi produzido nela, impossibilitando de levantar hipóteses acerca do valor estar atrelado a força motriz.

Outra propriedade que se destaca neste arraial foi a do sargento-mor Manoel Caetano Lopes Oliveira, que foi objeto do estudo de caso desenvolvido a iniciação científica que precedeu este trabalho.

Manoel Caetano foi casado Anna Jacinta, neta de Antônio Alves Ferreira, que deu início a família Alves Ferreira, e filha de Antônio Gonçalves importante membro da elite de Calambau (ALVES, 2019). A fazenda da família Alves Ferreira, era a típica unidade de produção mineira, quando pensamos na definição proposta por Costa e Filho (1963) de fazendas mistas. A principal propriedade da família Alves Ferreira contava com um engenho de moer cana e uma mina de extrair ouro, 66 escravizados que eram distribuídos entre as atividades laborais, além de outros itens como moinho de farinha e lavoura. Dessa forma, a maneira que Antônio Alves administrava sua fazenda foi espelhada por seus filhos e genros.

Manoel Caetano de Oliveira era sargento-mor, o que lhe conferia certo prestígio. Se casou com Anna Jacinta de Jezus para alcançar uma posição na elite (Cristina, 2019), ideia que foi muito bem executada visto que se casam em 1783²⁵, e tiveram seis filhos legítimos. A vida do casal foi bastante agitada, o Sargento-mor Manoel Caetano foi a vítima do Pasquim²⁶ de Calambau, em razão de uma disputa de terras com seu vizinho Domingos Alves Oliveira, que teve sua propriedade descrita acima. Com a

²⁴ AHCSM, Inventário post-mortem de Francisco Correa dos Santos, 1o ofício, códice 143, auto 2983, 1837.

²⁵ AEAM, Processo Matrimonial, Registro 5473, Armário 2, pasta 654, 1783.

²⁶ Texto escrito em forma de versos satíricos, sem autoria declarada.

morte do Sargento em 1812, podemos vislumbrar como era a fazenda do casal por meio de seu inventário post-mortem²⁷. Nesse sentido, compreendemos que eles seguiram os passos do capitão Antonio Gonçalves, pai de Anna Jacintha, assim como seus irmãos, afinal no inventário do Sargento-mor Manoel Caetano, encontramos arrolados um alambique de cobre, três tachas, uma junta de bois de carro e o carro, um cavalo, enxadas, foices e machados, além de porcos e vacas, uma casa de morada no arraial, terras em mata virgem no Pomba e cobertas de telha que abrigava o engenho de cana e o moinho, o sargento também deixou 80 arrobas de açúcar em forma além de posses de terras minerais.

Outra propriedade deste arraial que continha uma unidade transformadora de cana e nos interessa é a de Domingos Moura Bastos²⁸, inventariado por sua esposa Maria Mesquita Luiza. O inventário listava um engenho no valor de 300\$000 e um alambique no valor de 100\$00, 16 arrobas de açúcar e 10 barris de aguardente. Havia também 4 espumadeiras, 1 remonholo, e 2 canaviais. A propriedade contava com 17 escravizados, 30 alqueires de feijão, 330 de milho e 1 mandiocal de tamanho não especificado, 60 porcos, 2 vacas, 1 cavalo e 5 juntas de bois, e 18 ovelhas. Todas as propriedades com engenho de Santo Antônio do Calambau contavam com o trabalho escravizado para o funcionamento.

4.7 - SÃO CAETANO DO XOPOTÓ.

Para o arraial de São Caetano do Xopotó remanescem apenas 8 inventários post mortem disponíveis no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, dos quais 3 listam aparelhos para a transformação da cana. Não foi arrolado na lista nominativa deste arraial nenhum emprego que declarasse a posse de um engenho.

Desse modo, nas 3 propriedades que constam engenhos, constam também alambique, 1 engenho movido a água e outro a bois, e o terceiro não constava a força motriz.

A propriedade mais abastada pertenceu a Antônio Vieira de Souza²⁹, o engenho não teve o valor especificado pois foi avaliado junto a casas e cobertas, contudo, aparecem itens interessantes junto ao engenho que não foram vistos em outros

²⁷ AHCSM, Inventário post-mortem de Manoel Caetano Lopes de Oliveira, 2º ofício, código 76, auto 1633, 1814.

²⁸ ACSM, Inventário post-mortem de Domingos Moura Bastos, 2º ofício, código 83, auto 1776, 1819.

²⁹ AHCSM, Inventário post-mortem de Antônio Vieira de Souza, 1º ofício, código 48, auto 1088, 1807.

inventários. Estão junto ao engenho, a fornalha e as formas. Estas não foram especificadas de qual uso, mas é possível supor que sejam para a feitura de rapadura ou açúcar. O engenho era movido a bois e valor do alambique foi avaliado em 110\$000, além dos itens específicos para a produção do engenho, havia na propriedade também 1000 alqueires de milho, 40 alqueires de feijão e 1 canavial. Na parte dos animais havia 30 porcos, 19 carneiros, 5 juntas de bois, 2 cavalos e 14 bestas. Estavam arrolados também 39 escravizados, de idade avançada, somados às demais posses que não interessam a esse trabalho o monte-mor da propriedade somou 6:418\$948.

A segunda propriedade pertencia a Tereza Ferreira de Jesus³⁰, o engenho também estava arrolado com outras posses impossibilitando saber exatamente o preço do engenho. A propriedade também contava com um alambique arrolado em 135\$787 e a aparelhagem era movida a água, havia 2 tachas e um remonholo. No inventário não constava nenhum escravizado, mas constaram culturas, 600 alqueires de milho, 20 de feijão, 19 de arroz e 1 quartel de cana. Na parte dos animais estavam listados também 30 porcos, 6 bois e 1 junta, além de 27 carneiros. somados a outras posses o monte mor do inventário ficou em 4:439\$709.

A terceira propriedade pertencia a Rosa Margarida dos Prazeres³¹, que teve seu engenho arrolado com sesmarias, impossibilitando saber o valor unitário do maquinário. A propriedade também contava com um alambique e formas de fazer açúcar, apesar de não haver o produto nos itens do inventário. Foi constatado um canavial e 200 alqueires de milho nas plantações, 16 escravizados, 46 porcos, 2 vacas, 4 juntas e 2 bois.

Em suma, os inventários somaram 106 porcos, 2 vacas, 19 bestas, 2 cavalos, 10 juntas de boi, 8 bois avulsos, 59 ovelhas, 1800 alqueires de milho, 19 de arroz e 60 de feijão.

4.8 - SÃO JOSÉ DO XOPOTÓ.

O arraial de São José do Xopotó integrou a freguesia de Guarapiranga até o ano de 1830, por ser parte da freguesia pela maior parte do período analisado, optamos por incluí-lo no estudo. Foram analisados os 16 inventários disponíveis no AHCSM para esse arraial, dos quais 3 indicavam a presença de engenhos, não encontramos a lista

³⁰ AHCSM, Inventário post-mortem de Tereza Ferreira de Jesus, 2º ofício, código 97, auto 2076, 1807.

³¹ AHCSM, Inventário post-mortem de Rosa Margarida dos Prazeres, 2º ofício, código 92, auto 1975, 1810.

nominativa referente a este arraial, por conseguinte não conseguimos fazer a comparação com proprietários declarados nas listas, como foi feito para os demais arraiais.

Desse modo, a maior, pertencia a Gonçalo Dias Ferraz³², que carregava o título de alferes. O engenho foi arrolado com a casa e outras cobertas, que não foram especificadas para qual fim, impedindo o conhecimento do valor unitário do aparelho, as informações disponíveis são que o engenho era movido a bois, e não foram arrolados espumadeiras, tachas ou remonholos. Foi listado no inventário 36 escravizados, na seção dos animais, 26 porcos, 2 vacas e 2 novilhas, 6 cavalos, 4 juntas de boi e 1 garrote, o monte-mor somou a quantia de 2:797\$150.

A segunda propriedade com engenho desse arraial foi a que pertenceu a Ana Maria Francisca³³, seu engenho também foi arrolado junto as fazendas e não declarou a força motriz. O engenho contava, de acordo com o inventário, com um remonholo e uma escumadeira. Além dos itens ligados ao engenho a fazenda contava com 14 escravizados, terras de minerar, 30 porcos, 1 vaca e 6 cavalos, o monte Mor foi avaliado em 2:240\$600.

A última propriedade, a menor, com engenho pertenceu ao casal Antônio Ferreira Ribeiro³⁴ e sua mulher Maria Barbosa, o engenho do casal também foi arrumado junto com a fazenda, e era movido a bois. A aparelhagem contava com 4 tachas, mas não foram avaliados espumadeiras ou remonholos. Ademais havia na propriedade 70 alqueires de milho, 4 alqueires de feijão e 3 de arroz, na parte dos animais encontramos 16 porcos, 2 vacas, 6 equinos e 1 mula, 2 juntas de boi e 15 carneiros. Na propriedade foram avaliados 14 escravizados e a soma do monte Mor resultou em 1:798\$017. A análise dessas propriedades evidenciou que neste arraial não houve nenhuma propriedade com engenho que operasse sem escravizados.

A soma da produção desse arraial resultou em 214 porcos, 9 vacas, 7 mulas, 26 cavalos e éguas, 8 juntas de boi e 3 bois avulsos, 22 ovelhas, 284 alqueires de milho, 3 de arroz e 6 de feijão.

³² AHCSM, Inventário post-mortem de Gonçalo Dias Ferraz, 1º ofício, código 117, auto 2439, 1803.

³³ AHCSM, Inventário post-mortem de Ana Maria Francisca, 1º ofício, código 72, auto 1529, 1803.

³⁴ AHCSM, Inventário post-mortem de Antônio Ferreira Ribeiro e sua mulher Maria Barbosa, 1º ofício, código 37, auto 862, 1804.

5 - CONCLUSÃO.

Ao fim deste trabalho foram estudados 118 inventários, compreendidos entre os anos de 1800-1840, na Freguesia de Guarapiranga. Dos quais 29, ou seja, 24,57%, das propriedades inventariadas contavam com aparelhos transformadores de cana. Há menção de açúcar, objeto de estudo desta pesquisa, em 5 propriedades, somando 2.090kg de açúcar na freguesia. A leitura dos inventários também evidenciou a necessidade do trabalho escravizado para o funcionamento das propriedades com engenho, visto que, não houve ocorrências de engenhos funcionando sem trabalho escravizado. A leitura da lista nominativa de Santo Antônio do Calambau elucidou o papel importante dos escravizados na transformação de cana, quando arrolou o escravizado Bartolomeu, que pertenceu a José Carneiro Miranda, inventário infelizmente não encontrado, como açucareiro. Essa especificação demonstra a divisão do trabalho e a participação do trabalho escravizado direta na transformação da cana.

O curto tempo indicado, de 6 meses, para a confecção do Trabalho de Conclusão de Curso impediu um conjunto maior de fontes que poderiam tornar mais claro a relação da Freguesia com o açúcar e os engenhos. A análise das listas nominativas e dos inventários deixou claro a disparidade de informações contidas em diferentes fontes, ou seja, não é possível reconstituir a história dos engenhos de Minas Gerais, se não forem vistas todas as diferentes fontes para esse tema. Foi observado neste trabalho que as informações trazidas nas listas nominativas são básicas, e que para conhecer o perfil produtivo de uma freguesia é necessário estudar demais fontes como os inventários post-mortem.

Nesse sentido, esse trabalho observou que os engenhos foram parte significativa da Freguesia de Guarapiranga, assim como o açúcar foi um artigo presente nesta região, um estudo mais demorado, com a possibilidade de análise das casas de engenho e negócio e o pagamento de dízimos desta região poderiam trazer informações adicionais que não foram possíveis apenas com a análise de duas fontes fundamentais. Além dos engenhos, foi possível vislumbrar o perfil produtivo de Guarapiranga, na agricultura o plantio de destaque foi o milho, com 3517 alqueires, seguido pelo feijão com 128 alqueires, o arroz com 84 alqueires e a cana com 8,4 alqueires. Enquanto na pecuária, o animal mais criado foram os porcos, que somaram 977, seguido pelas ovelhas com 170 animais, as bestas com 100 animais, as juntas de bois que foram 84 ou seja 168 bois de

carro e tração, seguido por 52 bois, e 36 cavalos. O quadro a seguir organiza as produções de Guarapiranga dentre os anos de 1800-1840, para facilitar o entendimento:

Quadro 1: Produção de Guarapiranga 1800-1840.

Categoria	Item	Quantidade	Unidade / Observação
Estrutura Produtiva	Engenhos	29	Unidades de produção
Agricultura	Milho	3.517	Alqueires
	Feijão	128	Alqueires
	Arroz	84	Alqueires
	Cana	8,4	Alqueires
Pecuária	Porcos	977	Cabeças
	Ovelhas	170	Cabeças
	Bestas (muas)	100	Animais de carga
	Juntas de bois	84	168 bois utilizados em tração
	Bois (avulsos)	52	Cabeças
	Cavalos	36	Cabeças

Fonte: Quadro produzido com as informações disponíveis nos inventários post-mortem analisados.

6 - FONTES E REFERÊNCIAS

ACSM - Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

APM- Arquivo Público Mineiro

ALVES, Débora Cristina. **Redes clientelares, sucessão e herança em Guarapiranga – 1715 a 1820**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2019.

ANDRADE, Mateus Rezende de. **Compadrio e Família em zona de fronteira agrícola: As redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (1760 – 1850)**. Dissertação apresentada ao programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2014.

ANTUNES, Álvaro Araújo; SILVEIRA, Marco Antonio. **Deixando de ser fronteira: território, população e conflito na conquista e colonização de Guarapiranga**. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 857-893, set./dez. 2019.

ANTUNES, Álvaro de Araujo; FIGUEIREDO, Lucas. **O pasquim do Calambau: infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira**. São Paulo: Chão Editora, 2023.

BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Trad. de Nair Lacerda. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. 364 p.

CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; Magalhães, S. M. de. (Orgs.). **Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012. 308 p.

COSTA FILHO, Miguel. **A Cana-de-açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Espaços Canavieiros Regionais e Mercado Interno-subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da Província de Minas Gerais**. X Seminário sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR/UFMG. Diamantina, 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucazeiras tradicionais mineiras, entre setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Fazendas Diversificadas, escravos polivalentes: caracterização sócio-demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucazeiras de Minas Gerais no século**

XIX. In III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar. O açúcar e o cotidiano. 2004, Funchal/Madeira. Anais do III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar, O Açúcar e o cotidiano ,2004.

GODOY, Marcelo Magalhães. **O primado do mercado interno: a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil.** *Estudos Econômicos*. São Paulo, V 38, p.815-848, 2008.

IPHAN-FICHA DE CATALOGAÇÃO DAS PRÁTICAS–PATRIMÔNIO IMATERIAL
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/007%20Cana%20de%20acucar.pdf>> Acesso em: 15/05/24

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês.** São Paulo: Penguin/ Companhia das Letras, 2012.

PAIVA, Clotilde Andrade ; GODOY, Marcelo Magalhães . **Engenhos e casas de negócio na Minas oitocentista.** In: VI Seminário sobre a economia mineira, 1992, Diamantina. Anais do VI Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992. p. 29-52.

PAIVA, Clotilde Andrade ; GODOY, Marcelo Magalhães. **Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX.** In: X Seminário sobre a Economia Mineira, 2002, Diamantina. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX.** São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Tese de doutorado.